## DECRETO MUNICIPAL N° 048/2022, DE 11 DE ABRIL DE 2022

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO COMITÉ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAARAPÓ/MS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

André Luís Nezzi de Carvalho, Prefeito Municipal de Caarapó, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

- Art. 1º Fica nomeado o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais do Município de Caarapó – MS, o qual será composto pelos seguintes membros:
  - I Diretor Presidente do PREVCAARAPÓ, membro nato, Airton Carlos Larsen;
  - II Diretor Financeiro do PREVCAARAPÓ, membro nato, Edmar Cassaro;
- III Diretora Secretária e de Benefícios do PREVCAARAPÓ, membro nato, Eliane Aparecida Goncalves:
- IV 03 (três) representantes do Poder Executivo indicados pelo Prefeito Municipal, sendo: Alesandra Cristina Prudêncio, Jairo Pinheiro da Silva e João Félix do Nascimento Neto:
- V 01 (um) representante do Poder Legislativo indicado pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Caarapó – MS, sendo: Danielly Silva Cunha.
- Art. 2º O Comitê de Investimentos de que trata o artigo 1º terá mandato de 04 (quatro) anos, conforme art. 30 da Lei Complementar n. 087/2020, com início em 10 de abril de 2022 e término em 10 de abril de 2026, podendo ser reconduzido caso não haja nenhum óbice de ordem legal, conforme estabelece o artigo 3º, do Decreto Municipal nº 029/2014, de 08 de abril de 2014 e suas alterações.
- Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10 de abril de 2022, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto 030/2018, de 10 de abril de 2018.

Caarapó-MS, 11 de abril de 2022; 63º da emancipação políticoadministrativa

Prefeito do Município de Caarapó

Publicado no Diário Oficial Assomasul

na data 13 105 12002

> Alesandra Cristina Prudencio Coordenadora Geral de Projetos e Convênios Portaria nº 169/2019